



<https://doi.org/10.51359/2595-7597.2024.263987>

Conversando sobre acessibilidade e inclusão: o que pensam mediadores de museus e centros de ciência e pessoas com deficiência visual

Hablando de accesibilidad y inclusión: qué piensan mediadores de museos y centros de ciencias y personas con discapacidad visual

Raquel Barros¹

<https://orcid.org/0009-0003-3911-3117>

Verônica Pimente Velloso²

<https://orcid.org/0000-0002-4201-2013>

Eline Deccache-Maia³

<https://orcid.org/0000-0003-4770-3988>

Data de submissão: 20/08/2024

Data de aceite: 04/09/2024

Resumo

O tema acessibilidade em museus e centros de ciências não é algo recente, ainda assim há muito que se discutir. Profissionais que trabalham com mediação se mostram preocupados em proporcionar uma melhor vivência para o público com deficiência, aqui no caso a visual. Visando compreender a realidade da interação entre mediadores e pessoas com deficiência visual, a presente pesquisa buscou ouvi-los. A partir da perspectiva qualitativa foi possível compreender os sentidos das práticas sociais, usando rodas de conversa para obtenção dos dados. Foram realizadas rodas de conversa com mediadores de museus e centros de ciências do Rio de Janeiro e outra com deficientes visuais. A partir das conversas e observações foi possível conhecer as experiências dos mediadores ao se depararem com pessoas cegas e/ou com baixa visão e, também, entender as experiências desse grupo ao visitarem instituições científicas culturais. Desse modo, foram identificadas barreiras que dificultam a comunicação entre os museus de ciências e as pessoas com deficiência visual. Os resultados apontaram para ausência de capacitação dos mediadores para lidarem com um público diversificado, sobretudo com deficiência visual, desde o momento da graduação até as instituições de trabalho, assim como foi possível perceber as dificuldades enfrentadas por deficientes visuais ao se depararem com ambientes pouco acolhedores.

¹ Mestre em Ensino de Ciências no Instituto Federal do Rio de Janeiro, raquelbarros_01@hotmail.com

² Doutora em História das Ciências da Saúde na Casa Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz; Docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro, veronica.veloso@ifrj.edu.br

³ Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Docente da Pós-graduação em Ensino de Ciências do Instituto Federal do Rio de Janeiro, eline.maia@ifrj.edu.br





Palavras-chave: museus de ciências; centros de ciências; pessoas com deficiência visual; mediadores.

Resumen

El tema de la accesibilidad en museos y centros científicos no es algo nuevo, pero aún queda mucho por discutir. Los profesionales que trabajan con la mediación se preocupan por brindar una mejor experiencia a las personas con discapacidad, en este caso con discapacidad visual. Con el objetivo de comprender la realidad de la interacción entre mediadores y personas con discapacidad visual, esta investigación buscó escucharlos. Desde una perspectiva cualitativa, fue posible comprender los significados de las prácticas sociales, utilizando círculos de conversación para obtener datos. Se realizaron círculos de conversación con mediadores de museos y centros de ciencia de Río de Janeiro y otro con personas con discapacidad visual. A partir de las conversaciones y observaciones fue posible conocer las experiencias de los mediadores al encontrarse con personas ciegas y/o con discapacidad visual y también comprender las experiencias de las personas con discapacidad visual al visitar instituciones científicas culturales. De esta forma se identificaron barreras que dificultan la comunicación entre los museos de ciencia y las personas con discapacidad visual. Los resultados señalaron la falta de capacitación de los mediadores para atender a un público diverso, especialmente aquellos con discapacidad visual, desde el momento de su egreso a las instituciones laborales, así como se pudo percibir las dificultades que enfrentan las personas con discapacidad visual frente a ambientes poco acogedores.

Palabras clave: museos de ciencias; centros científicos; personas con discapacidad visual; mediadores.

Introdução

A deficiência não é só uma sentença médica, ela provoca barreiras sociais e restringe a participação plena do cidadão no mundo. Para Diniz; Barbosa; Sants (2009, p. 65) “habitar um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais é uma das muitas formas de estar no mundo”. Podemos compreender a deficiência como uma forma da diversidade humana se manifestar.

Segundo o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) de 2022, há 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, tendo sido considerado pessoas com deficiência indivíduo com 2 anos ou mais que respondeu ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum realizar atividades como: enxergar, andar ou subir degraus, ouvir, funcionamento dos membros superiores, autocuidado, comunicação (dificuldade em compreender e ser compreendido), cognição (dificuldade para aprender, lembrar-se



das coisas, ou se concentrar). Destes 18,6 milhões de pessoas com deficiência, 3,1% possuem dificuldades para enxergar, incluindo neste montante os que usam lentes de contato ou óculos. Ottaiano *et al* (2019) esclarece que a visão normal, deficiência visual moderada, deficiência visual grave e cegueira são os quatro níveis de função visual, estabelecido pela Classificação Internacional de Doenças. Além disso, muitas doenças oculares, como a catarata, glaucoma e a degeneração macular aumentam acentuadamente com a idade e, por isso, o envelhecimento é o fator de risco principal. Deste modo, não é de estranhar a quantidade de pessoas com deficiência visual indicada pelo IBGE.

Temos um contingente populacional que precisa ser considerado, sobretudo no que se refere ao acesso aos diversos equipamentos educacionais e culturais. A acessibilidade é responsável por garantir o acolhimento e promoção do conhecimento e o convívio dos cidadãos. Segundo Manzini (2005) e Sarraf (2008), o termo acessibilidade remete ao que é palpável e concreto, trata-se de um recurso que transforma ambientes e cria condições que facilitem a vida, considerando a participação de todos, independente de suas limitações físicas e sensoriais.

É importante destacar que a acessibilidade não é só interessante para pessoas com deficiências ou comorbidades, ela também traz conforto para aqueles que não possuem privações. Por exemplo, o audiodescrição criado para pessoas com deficiência visual, pode incentivar pessoas que não têm o hábito da leitura a ter acesso ao conteúdo, facilitando o entendimento e a compreensão de informações científicas e seus desdobramentos.

Com isso, espaços como museus e demais equipamentos culturais devem pensar na criação de abordagens inclusivas para receber todos, de modo que sua comunicação tenha destaque em diversas situações adaptáveis e flexíveis (Neves, 2009). Nunca é demais lembrar, também, o texto do art 35 da lei 11.904 (Brasil, 2009), que declara “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.”

Tal iniciativa expõe uma preocupação em buscar uma aproximação entre algumas instituições científicas culturais e um público que perceptivamente não frequenta este tipo de ambiente. Mas, até a década de 1990, a acessibilidade era vista como um problema individual, no qual o indivíduo, auxiliado por sua família, era responsabilizado por sua adaptação e habilitação, sendo considerado como uma pessoa doente e incapaz,



caracterizando o modelo de integração. O modelo inclusivo nasce a partir da iniciativa das próprias pessoas com deficiência, mostrando principalmente, a partir do século XXI, que não são as condições físicas e mentais que incapacitam, mas as barreiras sociais, físicas e atitudinais (Martins, 2013).

No entanto, desde 1980 a iniciativa de adaptação para receber pessoas com deficiência vem gradativamente ganhando espaço. Sarraf (2008) lembra que em 2007 foi realizado um levantamento sobre o lema “Nada sobre nós sem nós” que surgiu em 1962. Tal movimento de direitos das pessoas com deficiência ocorreu nos EUA, quando sete indivíduos, na sua maioria com tetraplegia, insatisfeitas com a forma que eram tratadas, sem direito de opinar sobre as decisões tomadas referentes à suas vidas, criaram um serviço de atendentes pessoais que lhes dava autonomia.

No ano de 1981 o movimento “Nada sobre nós sem nós” foi lembrado em virtude do “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” com o lema “Participação plena e igualdade”. Nesta ocasião, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) aprovou a Declaração de Sundberg que tinha como exigência a plena participação das pessoas com deficiência na tomada de todas as decisões e ações a elas pertinentes e asseguradas.

Diante do contexto exposto, a pesquisa aqui apresentada teve como interesse entender os desafios que museus e centros de ciências enfrentam em fazer cumprir a promessa de acessibilidade. Para tornar o tema mais tangível, buscamos olhar o tema a partir do aspecto que nos pareceu mais sensível, que seria a relação entre mediadores e o público. Buscamos responder indagações como: Os profissionais que trabalham a educação nos museus de ciências se sentem qualificados diante do tema acessibilidade e inclusão? As pessoas com deficiência visual se sentem acolhidas pelos espaços museais? Como se dá a relação do museu de ciências com as pessoas com deficiência visual? Como melhorar a comunicação entre os museus de ciências e as pessoas com deficiência visual?

Fundamentação teórica

Nas últimas décadas do século XX, quando foram fundados grande parte dos museus e centros de ciências aqui no Brasil, a mediação humana ganhou um certo destaque, ao ser compreendida como uma ponte que permite a construção de conceitos e possibilidades entre o visitante e o museu e vice-versa. Por meio destes profissionais, o



espaço científico cultural se manifesta junto ao público, a partir das intercessões que ocorrem entre eles e os visitantes, sendo os agentes que auxiliam o entendimento de conceitos científicos destacados pelos museus ou centros de ciências.

Este tipo de mediação vai além de um breve diálogo com o público durante a visitação, de acordo com Dantas *et al* (2020) as responsabilidades daqueles que trabalham como mediadores podem envolver outras incumbências como pesquisar e desenvolver projetos educacionais para os espaços científicos-culturais. A mediação também pode envolver outros recursos como folhetos, placas ou painéis explicativos.

Para explicar o que está exposto nos museus e centros de ciências, os mediadores precisam analisar e recodificar a mensagem em uma linguagem acessível (Dantas *et al*, 2020), assim como os professores também o fazem em sala de aula. Tardif (2014) reconhece os professores como mediadores, pois em sala de aula eles também conduzem o diálogo em torno do conhecimento em seu ofício. Desse modo, pondera-se que mediadores são aqueles que produzem e conduzem a reflexão em torno de saberes pedagógicos específicos, de acordo com a instituição onde o profissional atua.

No campo da educação não formal, o mediador pode desenvolver como função habilidades pedagógicas, com o propósito de instigar qualquer visitante a participar acentuadamente das atividades oferecidas nos centros e museus de ciências. Tardif (2014) também entende o mediador como o ator que utiliza, mobiliza e elabora os saberes em sua função, pensando, produzindo e reproduzindo as condições concretas do mesmo, tornando imprescindível para a atividade que se faz, ao construir e mobilizar os saberes. Laborando em escolas ou museus, o mediador tem como tarefa elaborar e manipular o conhecimento com o propósito de dialogar junto ao público, viabilizando para que os sujeitos tenham acesso e entendimento do conteúdo proposto pela instituição.

Nas instituições científicas-culturais ter a capacidade de considerar as diferenças e singularidades de todos, possibilita um melhor aproveitamento dos recursos expostos, tornando-se fundamental para alcançar a intencionalidade da instituição. De acordo com Sarraf (2013) estratégias de comunicação e mediação inclusiva e acessíveis em espaços públicos, não são favores e sim deveres das instituições públicas. Portanto, os museus e centros de ciências devem oferecer aos seus visitantes direitos iguais nas chances de acesso aos seus artefatos, promovendo assim a cidadania ao trabalhar a inclusão.



Essa sensibilização já se faz sentir, desde a década de 1990, no Brasil e em outros países latino-americanos. Os museus e centros de ciência e cultura vêm sensibilizando a sociedade com programas de inclusão socioeducacional com o propósito de cativar os públicos e fazer com que todos passem a entender o museu como um lugar acessível para todos (Ribeiro, 2007).

A acessibilidade de pessoas com deficiência para as atividades desenvolvidas nos museus, assim como no ensino de ciências nas escolas, é entendida hoje em termos legislativos e teóricos, como um processo que deve acontecer de forma conjunta com os sem deficiências, visando promover inclusão social, levando em conta a responsabilidade social e de cidadania.

O decreto nº 5.296 (Brasil, 2004) declara a acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, como condição de autonomia e segurança para utilização total ou assistida dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação. Em seguimento, o art 35 da lei 11.904 (Brasil, 2009), declara que os museus devem agir em benefício da acessibilidade comum aos seus diferentes públicos, seguindo a legislação vigente. No entanto, somente em 2015 foi instituída a lei 13.146 da inclusão, com o objetivo de inserir socialmente o cidadão, assegurando e promovendo condições de igualdade às pessoas com deficiência.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015).

No entanto, obstáculos devido às barreiras físicas, arquitetônicas, comunicativas e atitudinais como a falta de pisos táteis, profissionais não preparados para receberem tais pessoas, sinalizações sonoras, materiais informativos em Braille e em audiodescrição correspondem a impedimentos para pessoas com deficiência visual. Lima e Berquó (2012) apontam que tais dificuldades se dão, inclusive, devido ao despreparo dos funcionários das instituições científicas culturais, ao lidarem com pessoas com deficiências. As autoras enfatizam que o mais adequado, para o visitante com deficiência visual, seria receber estímulos através do tato e a audição simultaneamente:



Pode-se, ainda, até mesmo dizer que se está tornando imperioso que o visitante com deficiência visual não se limite a ouvir pela via da descrição aquilo que seus dedos não alcançam, mas que, para esse visitante do Museu, deve haver uma conjugação destas duas ações: ouvir e tocar. (Lima; Berquó, 2012, p. 4).

Pessoas com deficiência visual percebem o mundo através dos sentidos remanescentes (Lima; Berquó, 2012). Com isso, museu e centros de ciências devem propor outros meios de comunicação e percepção, de modo que novas estratégias de comunicação possam oferecer para a pessoa cega ou com baixa visão, uma experiência agradável e tangível. Uma vez retiradas as barreiras físicas, arquitetônicas, comunicativas e atitudinais, a pessoa com deficiência passa a vivenciar um universo de possibilidades (Ferreira, 2021).

Políticas institucionais na promoção da acessibilidade se fazem necessárias para que as diferenças sejam respeitadas, possibilitando assim a realização das devidas ações que garantam o direito da pessoa com deficiência a frequentar os espaços científicos culturais. Para a transformação de tal cenário, é preciso pensar a mediação como uma profissão e não como um ofício que prepara replicadores do ponto de vista técnico, que faz uso de modelo rápido de formação por meio de curtos seminários, sem a exigência de formações acadêmicas mais consistentes que, segundo Carlétti e Massarani (2015), deriva da falta de programa educacional de formação profissional, que influencia na baixa valorização salarial o que, por conseguinte, gera instabilidade e grande rotatividade do mediador.

Entender a percepção do mediador e da pessoa com deficiência visual pode ser um início para a mudança desse panorama.

Percurso metodológico

Este estudo teve caráter qualitativo, pois buscou responder questões muito particulares que fazem parte da realidade social (Minayo, 2009), e teve como objetivo refletir como se dá a comunicação entre os museus e centros de ciências e os indivíduos com deficiência visual. Consideramos como necessidade o levantamento das impressões de alguns mediadores atuantes em determinados museus e centros de ciências do Rio de Janeiro, a respeito de suas experiências ao trabalharem com pessoas cegas e com baixa visão, do mesmo modo que visamos entender as concepções das pessoas com deficiência visual ao visitarem estas instituições científicas culturais.



Optou-se por trabalhar com a metodologia que envolvesse a participação coletiva, utilizando a técnica de Roda de Conversa que, de acordo com Moura e Lima (2014), além de ajudar na coleta de dados com o público participante, permiti a troca de experiências e reflexões entre todos os envolvidos. Diferente de uma entrevista, onde só o entrevistado expõe seus pensamentos sobre um determinado assunto ao entrevistador, a Roda de Conversa é considerada como um exercício de pensar coletivamente, onde ao mesmo tempo em que pessoas compartilham suas experiências, também ouvem e assimilam as histórias dos demais integrantes, contando inclusive com a participação do pesquisador.

Destacamos a importância em valorizar as opiniões dos visitantes com deficiência visual para esta pesquisa, pois se entende ser de extrema significância a participação deste público, inspirados no movimento “Nada sobre nós sem nós”.

Foram convidados para participarem da roda de conversa 35 mediadores e destes 14 aceitaram. Para que fosse possível a participação de todos, foram realizados 3 encontros em dias e horários diversos por incompatibilidade de agendas, que ocorreram de forma remota por meio do App Zoom, com média de duração de 60 minutos e a oportunidade de gravar o encontro. A escolha do modo remoto se deu também pela roda de conversa ter sido feita em 2020, época da pandemia da Covid.

Já a Roda de conversa com o grupo de pessoas com deficiência visual ocorreu de forma presencial, em 2022, tendo duração de duas horas e trinta e cinco minutos, ocorrendo no Espaço Ciência Viva. Doze pessoas com baixa visão e cegueira foram convidadas por meio do WhatsApp e compareceram duas pessoas com cegueira congênita, duas com baixa visão e oito pessoas videntes, totalizando doze participantes.

Resultados e discussões

Roda de conversa com mediadores de museus e centros de ciências

Dos 15 participantes, incluindo a mediadora pesquisadora, 12 possuem licenciatura e 3 bacharelado, sendo 11 de biologia, 2 de arte e 2 de história. O mediador com mais experiência atua na área desde 2005 e o mais recente desde 2017, trabalhando em museus e centros de ciências fixos, itinerante e também em instituições de educação formal pública e privada, com o cargo de professores.

Todos os participantes sinalizaram interesse e preocupação sobre o tema,



demonstrando compreender a importância de conhecer o público de pessoas com deficiência visual e assim entender suas necessidades para melhor incluí-los.

O diálogo travado na roda de conversa girou em torno de assuntos sobre acessibilidade, inclusão, produtos de tecnologia assistiva, capacitação para melhor mediar junto ao público de pessoas com deficiência visual. Também foi mencionada a importância da autonomia das pessoas cegas e com baixa visão ao visitarem museus e centros de ciências, a individualidade de cada pessoa e a importância de ter no quadro funcional das instituições científicas culturais pessoas com deficiência visual.

O assunto que deu início a atividade foi sobre a lei de acessibilidade e inclusão, instituída em 2015. Antes de essa lei ser implementada, autores como Sarraf (2008), Berquó (2012) e Neves (2010) já ressaltavam a importância da acessibilidade em museus, ainda assim, os mediadores afirmaram possuir pouco entendimento sobre o tema abordado, mais ainda se tratando do público de pessoas com deficiência visual, alegando que sempre que é abordado o tema acessibilidade pouco se fala sobre pessoas cegas e com baixa visão. Por este motivo, os participantes da Roda afirmaram sentir receio em causar desconforto às pessoas com deficiência visual, por não saberem como se comunicar e acabarem usando palavras como “ver”, “enxergar” e “observar”, no momento da mediação, como podemos observar nas falas de M5 e M8:

“A gente não teve um treinamento. E assim, eu acho que tem coisas que são simples, né. Um treinamento pra gente tomar cuidado com determinadas palavras que a gente vai usar. **Igual, a gente vai lidar com uma turma de cegos e a gente vai falar: - Como vocês podem observar...**(grifo nosso) Poderia ter treinamento para gente mediar mesmo e não existe” (M5)

“Uma coisa é a gente se virar e outra coisa é a gente ter uma preparação como a M5 falou das palavras que a gente vai usar. O que a gente pode dizer e o que a gente não pode dizer. Tem uns conceitos na nossa cabeça que a gente vai passar pra pessoa que é deficiente e acaba ofendendo.” (M8)

Carlléti e Massarani (2015) já apontavam a insegurança de 60% dos mediadores para lidar com pessoas com deficiência. Oito anos depois da análise dos autores, podemos observar que tal sentimento permanece, pois a falta de confiança em mediar para pessoas cegas e com baixa visão foi de 80% entre os participantes da Roda de Conversa, como reforçado nas falas a seguir:

“Eu não posso dizer que me sinto completamente segura ... Eu me sinto super insegura e o museu que eu trabalho atualmente disponibiliza de piso tátil e



também de braille, praticamente tudo está em braille então facilita bastante, mas a minha sensação é sempre de insegurança mesmo, por mais que eu tenha esses ensinamentos.” (M7)

“Meu Deus como que eu vou falar isso? Eu fico pensando em estratégias em como eu vou fazer pra aquela pessoa que está ali... Se a gente recebesse um treinamento seria muito mais simples, porque a gente não ficaria tão insegura.” (M6)

A maioria atribui tal insegurança a ausência de capacitação e afirmam que as instituições não se responsabilizam em habilitá-los, levando com que cada um busque se capacitar por conta própria.

“A gente teve capacitação, para trabalhar no museu. Mas esse tipo de conhecimento, eles não passam pra gente, na capacitação lá do museu”. (M1)

“Eu sentia uma ansiedade, uma dificuldade maior quando os experimentos eram relacionados, diretamente ao nosso sentido da visão, como a ilusão de ótica, a câmara escura, aí eu sentia uma certa dificuldade em como abordar aqueles equipamentos, realmente me faltava ferramenta. Se eu tivesse uma ferramenta sobre audiodescrição na época, se eu soubesse um pouco mais... talvez seria um pouco menos ansioso da minha parte.” (M3)

“A capacitação hoje em dia parte de nós, porque algumas instituições não demandam isso, não oferece nenhum tipo de curso... E a gente como profissional, que está tentando melhorar... a gente tenta se capacitar por si próprio.” (M14)

No entanto, mesmo despreparados, eles consideram que a acessibilidade comunicacional é de responsabilidade de cada mediador. Os mediadores afirmaram que, diante de uma situação inevitável, mesmo sem capacitação, eles assumem a responsabilidade e mediam para pessoas com deficiência visual, apesar de todo receio.

Para reverter o quadro de despreparo, muitos compreendem a importância em buscar uma capacitação fora de seu ambiente de trabalho, como fizeram a mediadora M15 e o mediador M9 ao buscarem cursos sobre leitura e escrita em Braille e audiodescrição, fornecidos pelo Instituto Benjamin Constant. Os mediadores que admitiram se sentir mais confiantes para lidarem com pessoas com deficiência visual, de alguma forma tiveram a oportunidade de ter alguma experiência ao conviver com um colega de trabalho com deficiência visual ou treinamento de capacitação no local de trabalho.

Cerca de 13,33% dos mediadores acreditam que as instituições de ensino formal devem se aprofundar mais sobre acessibilidade e inclusão nos cursos de graduações,



tornando este tema mais familiar na realidade do futuro profissional que irá trabalhar na educação formal e informal.

Quanto aos espaços, os mediadores percebem que há certas dificuldades em relação à estrutura do local, como visto em determinados museus e centros de ciências onde os participantes das rodas de conversas trabalham ou trabalharam, em sua maioria foram construídos antes da lei Nº 13.146 de 2015. Sendo assim, são identificadas barreiras estruturais de um período em que pessoas com deficiências não eram consideradas como público visitante de museus e centros de ciências. Apesar disso, a preocupação em se adaptar a essa nova realidade não parece ser algo muito marcante.

No entanto, os mediadores concordaram que os museus e centros de ciências demonstram interesse, preocupação, esforço e entusiasmo para se tornarem inclusos e acessíveis, criando grupos de estudos voltados para este tema, adaptando atividades e equipamentos antigos pensando nas pessoas cegas e com baixa visão.

Roda de conversa com as pessoas com deficiência visual

Todos os participantes da Roda de Conversa com as pessoas com deficiências visual, assim como da outra com os mediadores, expressaram interesse e preocupação sobre o tema, demonstrando compreender a importância de se engajar em um estudo que visa entender mais as necessidades das pessoas com deficiência visual. Inclusive quatro delas pessoas cegas.

O diálogo estabelecido abordou assuntos relacionados à percepção das pessoas com deficiência visual em relação aos esforços das instituições para se tornarem mais acessíveis e inclusivas.

Diante disso, versamos sobre o hábito dos participantes frequentarem museus e centros de ciências. Com exceção dos pesquisadores e da participante V2, os demais participantes da Roda de conversa, não costumam visitar com constância esses espaços científicos culturais. Para os que frequentam, barreiras atitudinais e comunicacionais interferem na criação do hábito de visitação, todos, assim como os mediadores, concordaram com o fato das barreiras físicas dificultarem o acesso e a circulação de pessoas com deficiência. O participante V1 observou a importância de textos, escritos em Braille e posicionados corretamente nas exposições, trazendo a autonomia para as pessoas cegas e com baixa visão.



“O braille é importante para acessibilidade, para a deficiência visual, não sendo colocado de qualquer jeito, mas ele sendo colocado numa determinada posição para que fique legível para um cego.” (V1)

A participante V2 relatou sobre a sua experiência em dançar no MAM (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro) e o quanto o museu é acessível, oferecendo acessibilidade arquitetônica por meio de elevadores e pisos táteis. Em contraste, mencionou o Oi Futuro apontando que mesmo passando por reformas recentes, segundo sua opinião, não possui qualquer tipo de acessibilidade.

“Eu fui no MAM, dancei no MAM e adorei. Tinha cada exposição maravilhosa e o espaço também é legal. Acessibilidade de piso tátil, elevadores com informação de andares e também com Braille. Eu fiz um trabalho também no Oi Futuro, o Oi Futuro foi todo transformado, só que não tem essa acessibilidade nenhuma.” (V2).

Os participantes V1, V2 e V3 destacaram que ao visitarem o Museu do Amanhã, se depararam com uma mediadora cega e ressaltaram o quão importante e representativo foi para eles saber que uma instituição científica cultural mantém em seu quadro funcional uma pessoa com deficiência visual.

“Mês passado eu fui pela primeira vez num museu, a Duda que trabalha lá, ela é deficiente visual, e foi a minha guia. Me emocionei muito, ela é maravilhosa. Eu chorei muito gente, foi uma experiência única. É muito importante para um deficiente, chegar num lugar e encontrar acessibilidade.” (V3)

Ter como mediador uma pessoa com deficiência visual é uma brilhante estratégia de inclusão, pois possibilita um diálogo igualitário sem interlocutores, como pôde ser observado no depoimento da participante V3.

Eles também mencionaram os produtos de tecnologias assistiva e o diálogo se manteve sobre sua importância e os equívocos que a falta ou má instalação destas tecnologias podem causar. As mencionadas com frequência foram a audiodescrição, Braille, pisos táteis e consideraram o som como uma boa ferramenta para acessibilidade:

“Eu acho que o museu hoje acessível, ele precisaria ter som e uma audiodescrição mínima ali, para uma pessoa poder entender o que está acontecendo de fato ou de que se trata aquela exposição que está sendo passada ali.” (V1)

O uso do som como produtos de tecnologia assistiva, auxilia a pessoa com deficiência visual a se orientar espacialmente, ajudando-a perceber a troca de ambiente e, também, por intermédio da audiodescrição, quando a imagem se torna palavras e o cego



a recria em sua mente.

Sobre a audiodescrição, essencial para reduzir as barreiras de comunicações, foi unanime o reconhecimento de sua importância, porém no que se refere à objetividade, as opiniões se dividiram, uma vez que eles consideram não haver uma padronização, podendo ser realizada de diversas formas, ora simples e direta, ora longa e complexa. Alguns preferem que seja básica, outros que contenha mais detalhes, houve aqueles que, dependendo da situação, optam por não utilizar o recurso de acessibilidade preferindo que seus acompanhantes façam a descrição para eles.

“Determinadas coisas, por exemplo, não estão contextualizadas com a história. Com a história que você está vendo. Se você está vendo um filme, interessa para você saber que a parede da cozinha do cara é branca? É contextualizada na história do filme, vai mudar algo? Mas existe esse tipo de audiodescrição. Eu acho que esse tipo de audiodescrição atrapalha. Eu, como deficiente visual, eu acho que me atrapalha... Porque tem coisas que você precisa exercitar o seu cérebro. Se não tiver relevância para a história, não vale a pena você saber se o cara está na sala, está no quarto, na cozinha, se a cozinha dele é branca, se a mulher tá de vestido amarelo. Mas tem gente que defende a ideia de que é necessário que se diga tudo mesmo. Porque a ideia é fazer com que uma visão sobreponha a outra.” (Participante V1).

“Para mim também. O mais interessante, é o que eles estão fazendo, tanto que eu gosto muito de escutar filme, às vezes até sem audiodescrição.” (Participante V3)

Áudio descrição pra gente ela é bem importante, muito importante. Mas o som, o tato acho o mais importante ainda. Porque, eu gosto muito de Carnaval, então pintou o Carnaval. Vamos Marques de Sapucaí! Já me perguntaram o que eu vou fazer lá, já que você cega? Não é o que a gente vai ver, o que a gente vai sentir. Pra ter uma ideia, eu não consigo ficar com aquele aparelhinho, dá audiodescrição.... nem pego. Porque eu não vou conseguir ficar parada escutando falar assim: - O carro alegórico está vindo ali, 10 pessoas em cima... E aí a bateria tuc, tuc, tuc, tuc. Não tem como! É pelo barulho e pela sensação, é pela emoção que você sente. Aí o meu esposo, também gosta de samba. Então, ele é vidente, ele fala assim: V4, o carro é assim, assim e assim, ele acaba fazendo a audiodescrição pra mim. Que eu acho melhor do que um aparelho, falando no meu ouvido. (V4).

As diferentes percepções sobre audiodescrição demonstram a diversidade existente em um mesmo grupo. A incorporação das pessoas com deficiência, aqui no caso a visual, pode ser uma excelente oportunidade para percebermos que também as soluções de acessibilidade devem ser diversas.



Considerações finais

Embora o tema acessibilidade em museus e centros de ciências não seja algo hodierno, há muito o que discutir, visto que já não é mais um interesse exclusivo das pessoas com deficiências. Os profissionais que trabalham com mediação, que representam a linha de frente recepcionando os visitantes nos espaços científicos culturais, se mostram preocupados em proporcionar uma melhor experiência para este tipo de público.

Buscando compreender melhor sobre o sentido da acessibilidade em museus e centros de ciências, decidimos mergulhar neste âmbito complexo e instigante, analisando as possibilidades de melhoria da comunicação entre os museus de ciências e as pessoas com deficiência visual.

Voltamos às perguntas que nos motivaram: Os profissionais que trabalham a educação nos museus de ciências se sentem qualificados diante do tema acessibilidade e inclusão? As pessoas com deficiência visual se sentem acolhidas pelos espaços museais? Como se dá a relação do museu de ciências com as pessoas com deficiência visual? Como melhorar a comunicação entre os museus de ciências e as pessoas com deficiência visual?

Nossa pesquisa demonstrou que os mediadores não se sentem aptos, ainda que tenham boa vontade em tentar sanar a precariedade de sua formação, e que têm receio em lidar com o público portador de deficiência, por não se sentirem capacitados. Por outro lado, o público com deficiência, apesar de não terem o hábito de frequentar espaços museais e centros de ciências, relatam que quando vão e encontram um espaço acolhedor, experimentam sensações deliciosas, como as descritas por V2 ao contar sobre sua dança no MAM, ou a forte emoção de V3 ao se deparar com uma mediadora portadora de deficiência visual.

Partindo destas perspectivas, entende-se o quanto é primordial dialogar sobre acessibilidade em museus e centros de ciências, visto que este tema ultrapassa as limitações mais claramente impostas pela arquitetura. Trata-se, indo mais além, do diálogo sobre a viabilidade e a prática.

Diante de todo potencial que este tema oferece, alguns aspectos se impõem, sendo a relação entre o público e o museu um deles. No que se refere à representatividade nestes espaços científicos culturais e a autonomia para pessoas cegas e com baixa visão,



evidencia-se a necessidade de dar insumos aos mediadores de forma que todos possam sentir-se capacitados e com segurança mínima para lidar com toda a diversidade de público. Assim ocorrendo, esperamos que, no futuro próximo, mediadores não sintam mais receio em lidar com um público desconhecido por eles e que, principalmente, ao receberem esse público possam criar nele uma lembrança afetiva que desperte interesse em visitar mais museus e/ou centros de ciências.

Referências

BRASIL, **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**, Brasília: Diário Oficial da União, 03 de dezembro de 2004.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Diário Oficial da União, 07 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Brasília: Diário Oficial da União, 15 de Janeiro de 2009.

CARLETTI, C.; MASSARANI, L. Mediadores de centros e museus de ciência: um estudo sobre quem são estes atores-chave na mediação entre a ciência e o público no Brasil. **JCOM - Journal of Science Communication**, 14 (02), A01_pt. 2015.

DANTAS, L, F, S. ALVES, T, R,S. DECCACHE-MAIA, E, A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS E MUSEUS DE CIÊNCIAS: A CONTRIBUIÇÃO DE SUAS ATIVIDADES. **INTERNATIONAL JOURNAL EDUCATION AND TEACHING (PDVL) ISSN 2595-2498**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 167–184, 2020.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. DOS . Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64–77, dez. 2009.

FERREIRA, C, F. Bem-estar e qualidade de vida das pessoas com deficiência visual. **Youtube**, 15 jan. 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSOS 2022. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Pessoas com deficiência 2022. Divulgação dos resultados gerais. DPE Grupo de trabalho de deficiência. Divulgação 2023.

LIMA, D, F, C. BERQUÓ, A, F. Museu através do toque: a inclusão social da pessoa com deficiência visual. **Revista Benjamin Constant**, Edição n. 51: Instituto Benjamin Constant, abr. 2012.



MANZINI, E. J. Inclusão e Acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n.1, Suplemento, pp. 31-36. dez. 2005.

MARTINS, P.R. A inclusão social tem influência nas práticas museais? O acesso do público com deficiência. **MIDAS [Online]**, 2/2013.

MINAYO, M, C, S. DESLANDES, S, F. GOMES, R. Pesquisa social: teoria método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2009.

MOURA, A, F, LIMA, G,M. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n1, p. 98-106, jan.- jun. 2014.

NEVES, J. Comunicação multi-sensorial em contexto museológico. **Actas do 1 Seminário de Investigação em Museologia dos países de língua portuguesa e espanhola**. v. 2, p 180-192. 2009.

OTTAIANO, J, A, A; ÁVILA, M, P; UMBELINO, C, C; TALEB, A, C. **As Condições de Saúde Ocular no Brasil**, 1.Ed. São Paulo, SP. Conselho Brasileiro de Oftalmologia. 2019.

RIBEIRO, M. das G.; FRUCCHI, Graciela. Mediação—a linguagem humana dos museus. **Diálogos & ciência: Mediação em museus e centros de ciência**, p. 67-74, 2007.

SARRAF, V. P. **Reabilitação do museu: Políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**, 2008 Trabalho de Término de Curso (Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em mestrado em Ciência da informação) Universidade de São Paulo, 2008.

SARRAF, V. P. **A comunicação do sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças**, 2013 Trabalho de Término de Curso (Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em doutorado em comunicação semiótica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.